

ASSEMBLEIA DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



ÍNDICE

1. ASSEMBLEIA DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	3
A Natureza da Assembleia de Credores.....	3
Controle de Legalidade da Decisão da Assembleia.....	3
Voto Abusivo	4
Plano de Recuperação Judicial e a Venda de Ativos	4
Venda ou Oneração de Ativos ou Direitos na Recuperação Judicial	5
Conflito de Interesses na Assembleia de Credores e a Função Social da Atividade Em- presária.....	6

1. Assembleia de Credores na Recuperação Judicial

A Natureza da Assembleia de Credores

A Assembleia de Credores tem uma série de **competências** elencadas pela Lei 11.101/2005. No tocante à recuperação judicial, tem como **atribuição a aprovação, rejeição ou modificação do plano** apresentado, além da possibilidade de deliberar sobre a constituição do Comitê de Credores. Vamos dar uma olhada nos termos da lei:

Art. 35. A assembléia-geral de credores terá por atribuições deliberar sobre:

I - na recuperação judicial:

- a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor;
- b) a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição;
- d) o pedido de desistência do devedor, nos termos do § 4º do art. 52 desta Lei;
- e) o nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor;
- f) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores;

Portanto, qualquer matéria que possa afetar os interesses dos credores poderá ser considerada para análise e deliberação na Assembleia de Credores. E a orientação do Comitê de Credores que será um norte para a homologação do Judiciário. Como vamos compreender em seguida, um dos instrumentos mais importantes é a alienação de ativos no processo de recuperação judicial da empresa.

Controle de Legalidade da Decisão da Assembleia

De acordo com os enunciados 44 e 45 da 1ª Jornada de Direito Comercial, a homologação de planos de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade. Igualmente, o magistrado pode desconsiderar o voto de credor ou a manifestação de vontade do devedor no caso de abuso de direito. Dito de forma bem clara, tratam-dos elementos decorrentes do **princípio da mitigação da autonomia dos credores**:

Enunciados Aprovados pela Plenária da 1ª Jornada de Direito Comercial

44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.

45. O magistrado pode desconsiderar o voto de credores ou a manifestação de vontade do devedor, em razão de abuso de direito.

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Assembleia de Credores na Recuperação Judicial



www.trilhante.com.br

